

REFLEXÕES SOBRE O USO DE CELULAR E IA GENERATIVA ATRAVÉS DO GÊNERO CAMPANHA PUBLICITÁRIA: UMA EXPERIÊNCIA NO IFPE CAMPUS RECIFE

Antonio Francisco de Andrade Neto ¹
Maria Alice Guimarães Garrido Machado ²
Eduardo Ryann Santos Paz ³
Hélio Castelo Branco Ramos ⁴
Andréa Silva Moraes ⁵

RESUMO

Este relato de experiência foi vivenciado no Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), campus Recife, no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), do curso de Letras-Português da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), coordenado pela profa. Dra. Andréa Moraes, no projeto “Produção de texto na Educação Básica: caminhos entre a escola e a universidade”, que se divide em subprojetos desenvolvidos por graduandos. Após observações não-participativas, percebeu-se a recorrência de celulares em sala e do emprego crescente de IA Generativa (IAGen) nas produções textuais. Essa demanda originou o presente relato, que aborda as experiências vivenciadas no subprojeto “Campanha publicitária enquanto projeto de letramento: reflexões sobre o uso de celular e IAGen no contexto do IFPE Campus Recife”. Objetivou-se refletir sobre os impactos do uso de celulares e IAGen, através de campanhas publicitárias enquanto formas de intervenção social e promoção de práticas de leitura, escrita e análise linguística/semiótica situadas. Para tanto, inicialmente, foram realizadas atividades de sensibilização sobre as temáticas, seguidas da produção de formulários para investigar as percepções da comunidade escolar em relação ao uso de celular e IAGen. Posteriormente, o estudo de gêneros do domínio publicitário (anúncio, propaganda e campanha publicitária) possibilitou aos alunos produzirem campanhas de conscientização, articulando recursos semióticos diversos. Este projeto de ensino adotou como base teórica os trabalhos de Lévy (1999), Soares (2004), Kleiman (2005), Rojo (2012), Street (2014), Oliveira (2016) e Azambuja e Silva (2024). Os resultados apontam para o potencial do gênero campanha publicitária enquanto instrumento de ação social, favorecendo a criticidade diante das tecnologias e reforçando a importância das práticas e eventos de letramento no ensino de língua portuguesa.

Palavras-chave: Campanha publicitária, Uso de celular, IA Generativa, Letramento.

¹ Graduando do Curso de Licenciatura em Letras-Português da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, andrade.neto@ufpe.br;

² Graduanda do Curso de Licenciatura em Letras-Português da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, alice.guimaraes@ufpe.br;

³ Graduando do Curso de Licenciatura em Letras-Português da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, eduardo.paz@ufpe.br;

⁴ Professora orientadora: Doutora, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, andrea.smoraes@ufpe.br.

⁵ Mestre em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, helio.ramos@recife.ifpe.edu.br;

INTRODUÇÃO

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (doravante PIBID) tem como principal finalidade inserir estudantes de licenciatura na vivência da prática pedagógica desde o início da formação acadêmica. Partindo do pressuposto de que teoria e prática se alimentam mutuamente, o programa “proporciona um leque de conhecimento, de aprendizagem e oportunidades, tendo a função de contribuir e somar para nossa formação enquanto discentes, oportunizando a participação precoce na realidade escolar [...]” (Nascimento; Capuchinho, 2020, p. 2). Nesse sentido, ao longo do primeiro ano de execução do subprojeto do curso de Letras–Português da Universidade Federal de Pernambuco (dez. 2024/nov. 2025), participamos de reuniões, estudos, leituras e formações que fortaleceram nossa base teórica. Paralelamente, realizamos observações na escola participante — o Instituto Federal de Pernambuco (doravante IFPE) *Campus Recife* — o que nos permitiu conhecer a dinâmica da instituição, compreender a realidade sociocultural dos estudantes e, assim, elaborar um projeto de letramento contextualizado e coerente com as demandas reais da comunidade escolar.

Diante do entendimento de que, em diálogo intrínseco com o viés bakhtiniano, todo indivíduo é atravessado por múltiplas vozes sociais, detentoras de saberes e conhecimentos que são construídos a partir da relação intersubjetiva entre seres sociais (Vergna, 2020), compreendemos que nosso projeto de regência deveria assumir uma perspectiva crítica e situada, capaz de promover práticas de leitura, escrita, análise linguística/semiótica e reflexão ética sobre o uso das tecnologias. Foi nesse contexto que se estruturou o projeto de letramento acerca das reflexões sobre o uso de celular na sala de aula e de Inteligência Artificial Generativa (doravante IAGen) na produção de textos escolares, desenvolvido junto a uma turma de Eletrotécnica do 5º período do Ensino Médio Integrado do IFPE *Campus Recife*. A proposta tomou como eixo o trabalho com gêneros do domínio publicitário — especialmente a campanha publicitária de conscientização — por se tratar de um gênero socialmente relevante, capaz de articular linguagem, criticidade e ação social.

Ao privilegiar esse gênero, buscamos promover práticas de linguagem que se aproximasse das vivências reais dos alunos e que, simultaneamente, possibilissem questionar usos irrefletidos das tecnologias digitais. Alinhado às concepções de letramento

como prática social (Soares, 2004; Kleiman, 2005; Rojo, 2012; Street, 2014) e à perspectiva sociointeracionista da linguagem (Marcuschi, 2008), o projeto foi pensado como oportunidade de inserção dos estudantes em práticas discursivas significativas, nas quais pudessem exercer participação cidadã por meio da produção de campanhas de conscientização.

Dessa forma, este artigo tem como objetivo relatar e analisar a experiência pedagógica desenvolvida no âmbito do PIBID Letras-Português (UFPE), descrevendo o projeto de letramento, suas bases teórico-metodológicas e as aprendizagens decorrentes da intervenção realizada no IFPE *Campus Recife*. Busca-se compreender de que modo o trabalho com o gênero campanha publicitária, articulado às discussões sobre o uso de celular e IAGen, pode favorecer práticas de linguagem situadas, promover a consciência crítica da comunidade escolar e ampliar sua participação social por meio da leitura, da escrita e da reflexão ética sobre as tecnologias digitais e a cibercultura (Lévy, 1999). Assim, ao relatar essa experiência, buscamos contribuir para as discussões contemporâneas sobre ensino de língua portuguesa, letramentos digitais e formação docente, destacando os desafios e possibilidades que emergem quando escola e tecnologias dialogam criticamente.

METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza como um relato de experiência de natureza qualitativa e descritiva, fundamentado nas observações não participativas de cunho etnográfico realizadas na escola participante e ancorado na perspectiva dos projetos de letramento (Oliveira, 2016). Seu desenvolvimento, como já citado, ocorreu no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/UFPE), e envolveu as seguintes etapas: (a) período de observações não participativas no IFPE *Campus Recife*; (b) produção escrita do projeto de regência, no nosso caso, de letramento; e (c) execução do projeto na escola participante.

Inicialmente, durante o período de observação não-participativa (fev. 2025/jul. 2025), acompanhamos turmas do 5º período do Ensino Médio Integrado dos cursos técnicos de Saneamento Básico e Eletrônica do IFPE *Campus Recife*. As observações aconteceram ao longo das aulas de Língua Portuguesa, ministradas pelo professor supervisor, e tiveram como finalidade conhecer a dinâmica da sala de aula, identificar práticas e desafios recorrentes e compreender as formas de participação dos estudantes. Esse momento permitiu perceber dois fenômenos centrais que atravessavam o cotidiano escolar: (1) o uso frequente de celulares em

sala de aula e (2) o emprego crescente de IAGen nas produções escritas, especialmente em atividades avaliativas. Tais elementos constituíram as situações-problema que motivaram a elaboração do projeto de letramento.

Após essa etapa de observação, iniciamos a escrita colaborativa do projeto sob orientação do professor supervisor e da coordenadora institucional do subprojeto. Essa produção envolveu a seleção dos conteúdos previstos na ementa (gêneros do domínio publicitário e sintaxe do período composto), a definição do gênero central a ser trabalhado (campanha publicitária de conscientização), o estudo aprofundado dos referenciais teóricos e a elaboração da sequência didática que comporia a intervenção. Depois disso, as atividades foram desenvolvidas ao longo de 36 horas/aula, distribuídas em encontros semanais, e, posteriormente, sistematizadas por meio de registros da prática pedagógica, reflexões e aprendizagens dos estudantes ao longo do processo para subsidiar a análise apresentada neste artigo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Letramento e Projeto de Letramento

No mundo contemporâneo, moldado por novas realidades sociais, é preciso fazer uso de uma prática pedagógica ativa que dialogue diretamente com a realidade social e cultural do ambiente escolar em que iremos atuar como professores em formação inicial. Formação esta que deve estar, afinal, alicerçada em uma concepção de língua e linguagem como prática social, atuando como atividade social, histórica e cognitiva (Marcuschi, 2008), de forma a contemplar não somente os códigos linguísticos, mas também a formação integral e crítica dos alunos. Nesse sentido, o ensino de língua portuguesa deve abranger a construção da cidadania e a valorização das diversidades étnicas e socioculturais dos estudantes, reconhecendo, no processo de ensino-aprendizagem, os saberes vivenciais prévios destes indivíduos.

A partir dessa concepção, surge também a concepção de letramento. Este termo surge, como propõe Soares (2004), diante da necessidade de fazer uso social da leitura e da escrita, pois, na nova realidade social em que estamos inseridos, somente saber ler e escrever já não é mais o suficiente. Apesar de os atos de letrar e alfabetizar um indivíduo operarem em conjunto, letramento e alfabetização possuem uma diferença muito marcante: enquanto a

alfabetização é compreendida somente como um processo de aquisição de códigos para codificação/decodificação da língua, letramento se refere às práticas sociais do uso da escrita. Este é, portanto, um processo mais amplo, que carrega marcas sociocognitivas e culturais de cada sujeito em cada contexto sociohistórico em que ele está inserido, podendo variar de uma comunidade para outra.

Devido à pluralidade desse processo, as práticas de letramento não podem ser resumidas somente ao ambiente escolar: na verdade, carregam marcas da cultura e das estruturas de poder de um determinado grupo social (Street, 2014) e excedem a simples habilidade de grafar e/ou decodificar letras, caracterizando-se, então, como um processo contínuo, situado e social. Isto é, qualquer pessoa pode ser capaz de se transformar e consequentemente transformar o contexto no qual está inserida. O letramento é, pois, uma prática coletiva e colaborativa — portanto um ato político —, que busca romper com os ideais grafocêntricos da sociedade da qual fazemos parte, fazendo uso social da leitura e da escrita para formação social, psicológica e cognitiva de um indivíduo.

Nesse sentido, o conceito de projeto de letramento surge como um elemento crucial para a educação, o que fica evidente à luz de Oliveira (2016, p. 282) ao afirmar que “[ler e escrever] implica, então, praticar a leitura e a escrita para resolver problemas do leitor/escrevente em situações reais de comunicação nos mais variados domínios discursivos da vida cotidiana”. Assim, a sala de aula deve funcionar como um espaço de transformação que vai além da mera aprendizagem da leitura e da escrita descontextualizada: os seres sociais que ocupam aquele ambiente devem operar coletivamente para compreenderem e transformarem a realidade que os afeta e os constrói. Afinal,

[...] o projeto de letramento tem como foco específico *a resolução de problemas e/ou o atendimento às atuais exigências sociais situadas na prática social, dentro e fora da escola, por meio da linguagem – lida, escrita, fala, ouvida* (Oliveira, 2016, p. 282, grifos da autora).

Diante da compreensão da natureza social do letramento, faz-se necessário compreender as consequências educacionais, políticas e sociais que os usos e os significados da leitura e da escrita podem causar em um determinado grupo social. Surgem, então, outros dois conceitos: eventos de letramento e práticas de letramento. O primeiro se refere a atividades que envolvem a leitura e a escrita de forma mais palpável, isto é, o texto escrito atua como figura central, construindo significados decorrentes da interação e dos processos interpretativos. Por outro lado, práticas de letramento referem-se a todas as relações sociais —

crenças, concepções e valores atribuídos à leitura e à escrita em determinado contexto — que conferem sentido à utilização da escrita, ou seja, se concretiza de modo muito mais subjetivo e abstrato.

Com as mudanças sociais que transformam as tecnologias de informação e comunicação, é imprescindível a necessidade de a escola atualizar as práticas educacionais para englobar a multiplicidade linguística e cultural dos sujeitos ali inseridos. Desse modo, torna-se fundamental falar em letramentos e não em um único letramento, pois, no ambiente escolar, devem ser formados usuários funcionais, que tenham competência técnica e conhecimento prático e que sejam, por fim, criadores de sentidos capazes de promover transformações sociais (Rojo, 2012). Nesse contexto, os agentes operantes — o professor e os alunos — da sala de aula devem agir coletivamente para transformar o contexto em que se inserem, de forma que ocupem, igualitariamente, o mesmo mundo social, cumprindo a sua função social de formar os estudantes em cidadãos críticos e conscientes, além de potencializar suas habilidades discursivas e interpretativas.

Concepção de gêneros textuais e a campanha publicitária

Diante de tudo o que já foi exposto até aqui, é sabido que o papel do professor deve contemplar a promoção do protagonismo dos alunos para que haja uma valorização de suas histórias, culturas, crenças e saberes. Assim, o trabalho com gêneros textuais se mostra imprescindível para a elaboração de atividades com linguagem: nesse contexto, os alunos aprendem não somente *sobre* os gêneros, mas *com* os gêneros (Oliveira, 2016). No processo ensino-aprendizagem de língua portuguesa, o uso dos gêneros textuais contribui significativamente para uma formação linguística inclusiva, pois, ao considerar a língua como instrumento sociointeracionista, ler e escrever passam a funcionar como uma ferramenta essencial na formação humana, isto é, o ensino de língua opera como uma prática social.

Segundo Bazerman (2021), “Gêneros são formas de vida, modos de ser. São frames para a ação social. São ambientes para a aprendizagem. São os lugares em que o sentido é construído. Os gêneros moldam os pensamentos que formamos e as comunicações através das quais interagimos” (p. 39), isto é, a nossa percepção do mundo é estreitamente formada pelo contato com os gêneros textuais, os quais também influenciam como transmitimos e compreendemos o pensamento humano. Posto isso, gênero textual pode ser definido como uma forma de comunicação moldada pela cultura, história e sociedade, sistematizando todas

as vivências de um indivíduo: trata-se, portanto, de uma prática situada que não se restringe somente ao que acontece dentro dos muros da escola. Trabalhar com gêneros textuais significa aglutinar esforços de vários domínios institucionais (Oliveira, 2016) e reconhecer a dinamicidade e pluralidade da língua — dos sujeitos sociais que fazem uso da linguagem.

Mediante todas as propostas teóricas debatidas, é nossa função social — como professores em formação, mas sobretudo como sujeitos sociohistóricos — reconhecermos o papel do gênero como modelador da atividade educacional, uma vez que ele opera como ferramenta crucial para elaboração de ações comunicativas. Diante disso, o caráter social do gênero mostra-se essencial para o desenvolvimento de relações humanas, de atos comunicativos e de organização cognitiva de um sujeito (Bazerman, 2021), pois estrutura o pensamento e o sentido, influenciando diretamente o comportamento, a percepção e as relações sociais em cada contexto, o que nos permite criar ações discursivas apropriadas para diferentes situações. É por meio da interação viva (Freire, 2008) entre um indivíduo e sua leitura do mundo que nos tornamos capazes de explorar novos territórios discursivos em qualquer contexto que perpassamos, o que é evidenciado por Freire (2008, p. 11) ao afirmar que “a leitura do mundo é sempre fundamental para a importância do ato de ler, de escrever ou reescrever e transformar através de uma prática consciente”.

Portanto, neste projeto, concordamos com as perspectivas bakhtiniana e freiriana, que propõem a impossibilidade de trabalhar com língua de forma isolada: a relação que estabelecemos e construímos com o outro e com o mundo opera simbolicamente no processo de comunicação e produção de sentidos. O conteúdo ideológico do pensamento humano molda diretamente as diversas posições enunciativas e discursivas que um sujeito social pode assumir, o que se torna indispensável à formação integral — acadêmica e social — dos educandos. Isto posto, a escolha do gênero campanha publicitária para o projeto de letramento não foi aleatória: trata-se de um gênero textual que, por sua própria natureza, “é uma importante ferramenta para finalidades sociais como orientar comportamentos e propagar ideias para que ações coletivas sejam voltadas para o bem comum” (Joay; Tomita, 2023, p. 16). Em outras palavras, trabalhar com campanhas de conscientização permite que os alunos não apenas escrevam e leiam os gêneros do domínio publicitário, mas também exerçam sua cidadania por meio dessas práticas (Oliveira, 2016).

Letramento Digital e Cibercultura

Na tentativa de fazer da escola um lugar de reflexão e um espaço de formação humana ampla (Dayrell, 1996), as situações-problema que sustentam este projeto — a utilização de celulares e de IAGen pelos estudantes no contexto escolar — não são vistas como obstáculos à aprendizagem, mas como pontos de partida para o desenvolvimento de eventos de letramento. Isto porque, em um certo sentido, as reflexões — sejam sociais, sejam éticas — precisam não apenas se associar ao que podemos fazer com as tecnologias digitais, mas relacionar-se com o que nós queremos e devemos fazer diante da revolução das tecnologias digitais (Azambuja; Silva, 2024). Assim, entendendo os desafios que as novas tecnologias digitais representam à sociedade e à escola, o projeto insere os estudantes em práticas sociais e linguísticas não só reais e socialmente significativas como também atreladas aos processos digitais.

Nessa perspectiva, o conceito de cibercultura, tal como discutido por Lévy (1999), torna-se central para compreender como os sujeitos se relacionam com o conhecimento, com a linguagem e consigo mesmos em um mundo cada vez mais mediado por dispositivos tecnológicos. Para o autor, os ambientes digitais criam novas formas de interação, novas formas de produção de sentido e novas formas de constituição identitária, o que exige da escola uma postura ativa na mediação dessas experiências, desenvolvendo competências linguísticas e discursivas que ultrapassem o espaço escolar.

Trata-se, portanto, de tornar as práticas das aulas de Língua Portuguesa situadas, para além dos limites da abstração e dos modos tradicionais de ler e escrever — “até porque o suporte sobre o qual estão os textos digitais é a tela, também digital” (Xavier, 2005, p. 2). Isso implica admitir que os objetivos, os modos de realizar as atividades, os recursos mobilizados pelos alunos e professores, os materiais utilizados serão diferentes segundo as características da situação discursiva e da atividade desenvolvida (Kleiman, 2005). Assim, como aponta Rojo (2012), a escola precisa formar leitores e produtores de textos capazes de atuar criticamente nos multiletramentos que compõem o mundo contemporâneo, reconhecendo que as práticas de linguagem ocorrem em múltiplos suportes, linguagens e modos de significação. Essa ampliação da compreensão de leitura e escrita envolve, necessariamente, a noção de letramento digital, que

remete à capacidade do indivíduo de direcionar o uso das tecnologias da informação e comunicação em prol de seus objetivos pessoais, como membro ativo de uma sociedade cada vez mais tecnológica. Não há letramento digital se o indivíduo não tem autonomia, criticidade e poder de reformulação e redirecionamento em relação ao uso que faz das TDIC em sua vida (Lévy, 1999, p. 57).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O nosso projeto se concretizou a partir de três etapas principais: (1) o período de sensibilização da turma acerca dos temas centrais do projeto; (2) o estudo de gêneros do domínio publicitário; e (3) o estudo da sintaxe do período composto. O primeiro contato com a turma foi constituído pela aplicação de um formulário, tendo em vista a necessidade de compreender o nível de conhecimento da turma sobre os impactos das tecnologias digitais — nesse contexto, o uso de celular e de IAGen — na sociedade. Além do formulário, também assistimos ao curta-metragem “Escravos da Tecnologia” (2018), com o objetivo de estimular o pensamento crítico e a reflexão sobre essas tecnologias tão frequentes no cenário contemporâneo, visto que, como Ramos (2012, p. 7) defende, “[...] os professores precisam [...] incorporar as novas tecnologias como conteúdo de ensino e aprendizagem, preparando o aluno para além de pesquisar, pensar, resolver os problemas e as mudanças que acontecem ao seu redor”.

As aulas iniciais foram sobretudo dialogadas, construídas a partir do diálogo coletivo sobre os temas centrais: nesses momentos, os alunos foram capazes de analisar e refletir sobre as realidades que atravessam a comunidade escolar. Com a Lei 15.100/2025 — que proíbe o uso de celular na escola — e a ascensão da IAGen — sobretudo nas produções textuais —, os estudantes da Educação Básica agora se veem diante de um novo cenário, no qual as tecnologias digitais se tornam cada vez mais presentes. Durante esses debates, a turma buscou examinar a relação da comunidade escolar com essas tecnologias, o que os fez perceber que, naquele contexto, há pouca preocupação acerca dos impactos do uso do celular e da IAGen. Além disso, as atividades realizadas buscavam articular diversas linguagens e diversos gêneros textuais, abarcando os conhecimentos prévios dos alunos e promovendo novas formas de interpretar e construir um texto — como a noção de autoria, elucidada durante as discussões sobre os textos gerados por IAGen, que evidencia, à luz da perspectiva bakhtiniana, o papel do aluno enquanto sujeito social capaz de produzir sentidos próprios em seus textos e de se perceber enquanto autor (Abranches, 2011).

Inicialmente, não informamos à turma o objetivo principal do nosso trabalho — a construção de uma campanha publicitária de conscientização. Cabe pontuar que essa escolha não foi por acaso: optamos por construir o senso crítico dos alunos e estimular a percepção da necessidade de transformações naquele espaço, e, somente após isso, quando iniciamos o



estudo dos gêneros de domínio publicitário, eludimos a proposta do nosso projeto de letramento. Assim, esse segundo momento foi marcado pela conceituação dos gêneros anúncio publicitário, propaganda e campanha publicitária, baseada em análises linguísticas e semióticas sobre a construção desses textos, bem como a reflexão sobre suas estruturas e funções sociais.

Para a elaboração da campanha de conscientização, a turma foi dividida em dois grupos: um para o tema de uso de celular e o outro para o tema de IAGen. Solicitamos que, primeiro, os alunos produzissem um formulário a ser aplicado na comunidade escolar, a fim de entender a percepção dos discentes, docentes e servidores do IFPE *Campus Recife* sobre essas tecnologias digitais. Em seguida, cada grupo teve que analisar seus resultados para que, assim, fosse possível elaborar o projeto da campanha⁶. Neste projeto, a turma foi orientada a escrever a justificativa dessa produção, os seus objetivos e as ações a serem realizadas. Para esta etapa, os alunos tiveram total liberdade de pensar e escolher os gêneros mais adequados — e por eles familiarizados — para o objetivo do trabalho. A orientação também contou com a aclaração de que a produção escrita desse projeto não seria algo isolado, e sim um cronograma a ser construído diante da disponibilidade e do olhar social da turma.

Em congruência com os estudos analíticos dos gêneros de domínio publicitário, foi trabalhado, também, a sintaxe do período composto. Nesse momento, buscamos interligar a produção textual à gramática, a começar por uma revisão da sintaxe do período simples, crucial para o entendimento da sintaxe do período composto. Para além do simples domínio gramatical da língua, porém, essa etapa do nosso projeto foi fundamental para a construção das campanhas, tendo em vista que os aspectos sintáticos e semânticos de um texto operam conjuntamente. Pela natureza do gênero, a campanha publicitária tem como principal objetivo influenciar o público-alvo — neste caso, conscientizar a comunidade do IFPE sobre os limites e as potencialidades das tecnologias digitais —, o que só pode ser realizado em sintonia com a sintaxe e a semântica da produção textual elaborada.

O percurso de regência vinculou teoria e prática à reflexão crítica e ao amadurecimento criativo da turma. Apesar de o produto final do projeto ser a campanha publicitária de conscientização, todas as atividades realizadas em sala contribuíram para a

⁶ É interessante pontuar que a turma tem, no total, 14 alunos. Devido ao conflito entre os horários das aulas de Língua Portuguesa e de outras atividades ofertadas pela instituição, muitas vezes, os alunos não compareciam às aulas, o que tornou necessário adaptações no cronograma do nosso projeto. Ressaltamos ainda que, apesar de ser uma turma pequena, todos os alunos se mostraram bastante participativos e engajados com as discussões e atividades em sala, contribuindo significativamente para a nossa experiência como docentes em formação inicial.

formação cidadã dos alunos, estimulando-os a fazer uso social da leitura e da escrita. A avaliação foi, portanto, processual, contínua e situada, de modo a promover o protagonismo dos alunos no processo de ensino-aprendizagem e de construção social e humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa experiência, em contexto de formação docente inicial, foi capaz de potencializar o nosso papel como licenciandos, fornecendo subsídios teóricos e práticos para a construção e aprimoramento de educadores críticos, reflexivos e éticos. O desenvolvimento do projeto de letramento no IFPE *Campus Recife* buscou romper com perspectivas de mera codificação/decodificação da língua, de forma a fortalecer o papel social da escola na formação social, cognitiva e cultural dos indivíduos que estão inseridos nesse espaço. Assim, o espaço escolar não deve apenas acompanhar as transformações da cibercultura, mas promover autonomia, criticidade e reflexões quanto ao uso das tecnologias digitais. Por este motivo, a escolha pelo gênero do domínio publicitário não foi aleatória: buscou-se integrar linguagem, tecnologia e ação social em uma atividade coletiva e colaborativa, evidenciando a importância de um ensino de língua situado e contextualizado.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio. O que fazer quando eu recebo um trabalho CTRL+C, CTRL+V? Autoria, pirataria e plágio na era digital: desafios para a prática docente. In: XAVIER, Antonio Carlos (org.). **Hipertexto e cibercultura**: links com literatura, publicidade, plágio e redes sociais. São Paulo: Respel, 2011, p. 165-186.

AZAMBUJA, Celso Cândido; SILVA, Gabriel Ferreira da. Novos desafios para a educação na Era da Inteligência Artificial. **Filosofia Unisinos**, v. 25, 2024, p. 1-16.

BAZERMAN, C. A vida do gênero, a vida na sala de aula. (Tradução de Ana Regina Vieira e de Judith Hoffnagel). In: BAZERMAN, C.; DIONÍSIO, A. P.; HOFFNAGEL, J. C. (Org.). **Gênero, agência e escrita**. 2 ed. Recife: Pipa Comunicação, Campina Grande: EDUFCG, 2021, p. 39-55.

DAYRELL, Juarez Tarcísio. A Escola como Espaço Sócio-Cultural. In: DAYRELL, Juarez Tarcísio. (org). **Múltiplos Olhares**: Sobre educação e cultura. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

JOYA, Ellen; TOMITA, Iris Yae. Estudo sobre a (ausência de) campanha publicitária de conscientização no controle da covid-19. **Revista Brasileira de Iniciação Científica em**



Comunicação Social, São Paulo, v. 12, n.1, 2023, p. 9-20. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/iniciacom/article/view/4358/2889>. Acesso em: 15 jul. 2025.

KLEIMAN, Angela Bustos. **Preciso “ensinar” o letramento?:** Não basta ensinar a ler e a escrever?. São Paulo: Unicamp, 2005. p. 5-60.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** 2^a edição, Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Processos de produção textual. In: MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** Parábola Editorial, 2008, p. 61-65.

NASCIMENTO, T. S.; CAPUCHINHO, Adriana C. Desafios e experiências do PIBID de Letras em uma escola estadual em Porto Nacional-TO. **Revista Extensão**, v. 4, 2020, p. 154-160.

OLIVEIRA, M. S. O que é, como se faz e o que significa trabalhar com projeto de letramento. In: SATO, D. T. B.; BATISTA JÚNIOR, J. R. L.; SANTOS, R. C. R. (Org.). **Ler, escrever, agir e transformar:** uma introdução aos novos estudos do letramento. 1 ed., Recife: Pipa, 2016, v. 01, p. 42-60.

RAMOS, Marcos Roberto Vieira. O uso de tecnologias em sala de aula. **LENPES –PIBID de ciências sociais.** 2 ed., v. 1, 2012.

ROJO, Roxane. Pedagogia dos Multiletramentos. In: ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo (Org.). **Multiletramentos na escola.** São Paulo: Parábola Editorial, 2012. p. 11–31.

SOARES, Magda. **Letramento:** um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

XAVIER, Antonio Carlos dos Santos . Letramento Digital e Ensino. In: Carmi Ferraz Santos e Márcia Mendonça. (Org.). **Alfabetização e Letramento:** conceitos e relações. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, v. 1, p. 133-148.